

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**15 a 17
Julho
2017**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguéis



SOLENIIDADE DE LANÇAMENTO do Projeto Revisa Ales, que irá organizar por eixo temático todas as 17.483 leis existentes no Estado desde 1947

Assembleia vai revogar mais de cinco mil leis

A expectativa é que haja economia de dinheiro público e diminuição de recursos por interpretações divergentes na Justiça

Vitor Carletti

Cinco mil leis no Estado deverão ser revogadas daqui a um ano e, como consequência direta, o número de recursos na Justiça decorrente de interpretações divergentes sobre a legislação deverá também diminuir.

A Assembleia Legislativa lançou

ontem o Projeto Revisa Ales, que irá revisar e organizar por eixo temático todas as 17.483 leis existentes desde 1947.

A sessão especial teve a participação de representantes do Tribunal de Justiça (TJ-ES), Tribunal de Contas (TC-ES), Ministério Público Estadual (MP-ES), Defensoria Pública, Procuradoria do Estado e governo do Estado.

Procurador do Estado, o professor de Direito Anderson Pedra afirmou que a reorganização das leis dará uma parcela de contribuição para acelerar processos na Justiça. "Mas tem como evitar a judicialização do processo porque o cidadão acha que está correto por seguir uma lei e a outra parte

acha que deve seguir outra lei e isso acaba atrasando. Indiretamente, poderá ajudar na celeridade do processo", justificou.

Coordenador do projeto, o deputado Marcelo Santos (PMDB) disse que, além de proporcionar mais segurança jurídica no futuro, a revisão das leis vai trazer economia de dinheiro público. "Tem a ver também com a economia, pois quando é arguida a inconstitucionalidade de uma lei que está em desuso ou há o questionamento sobre a sua constitucionalidade se produz uma despesa para o Estado porque se movimentam servidor, papel, juiz e decisões", declarou.

E emendou: "Há uma visão equivocada de que o bom parla-

mentar é aquele que apresenta um número maior de leis, o que não é verdade."

Para o presidente do TJ-ES, Aníbal de Rezende Lima, a iniciativa da Assembleia é elogiável. "Esse projeto consolida o ordenamento jurídico capixaba", afirmou.

Já o presidente do TC-ES, Sérgio Aboudib, considera ser um desafio revisar todas as leis. "O Brasil precisa cada vez mais de decisões sustentáveis e transparência de leis que sejam eficientes e reproduzam o dia a dia da sociedade."

O presidente da Assembleia, Erick Musso (PMDB), disse que a revisão irá proporcionar uma maior fiscalização das leis existentes, mas que caíram no desuso.

ENTENDA

Até lei de feriado será revogada

> O PROJETO Revisa Ales tem a previsão de entregar um novo conjunto de leis ao Estado. A diretoria da Consultoria Temática da Assembleia irá reunir entre 10 a 15 servidores da Casa e um membro de cada poder para revisar as 17.483 leis ordinárias e



MARCELO discursa no plenário

complementares, resoluções, emendas à Constituição e decretos. O objetivo é revogar as normas em desuso e fortalecer a eficácia daquelas que estão em vigor, mas que carecem de fiscalização.

> AS ETAPAS SÃO: definição dos eixos temáticos estruturadores, criação dos Grupos de Trabalho por tema, debates com especialistas e sociedade civil, identificação da lei matriz por eixo temático, estudos e comparação de dispositivos legais vigentes, elaboração dos projetos de leis consolidadoras.

> LEIS DE 1953 em vigor que serão revogadas: uma que institui feriado do Dia do Comerciante, em 30 de janeiro, e outra que isenta de taxa rodoviária veículos de tração animal sem molas e rodas metálicas.

O QUE ELES DIZEM



ANÍBAL DE REZENDE, presidente do TJ-ES

“Esse projeto consolida o ordenamento jurídico capixaba. Muitas leis já foram revogadas total ou parcialmente”



SÉRGIO ABOUDIB, presidente do TC-ES

“Ver a Assembleia Legislativa com disposição de enfrentar esse tema e revisar a legislação arcaica e desnecessária é importante”



ANDERSON PEDRA, procurador do Estado

“O cidadão muitas vezes acha que está fazendo o certo ao seguir uma determinada lei e, de repente, é surpreendido por outra”



MARCELO SANTOS (PMDB), deputado estadual

“A presença dos poderes mostra que teremos apoio. Há um interesse de que a revisão ocorra”

**RONALDO DA SILVA: "Cobrança"**

Ex-secretários condenados por contratar show no Norte

A Vara da Fazenda Pública de Aracruz, Norte do Estado, condenou três pessoas, entre eles dois ex-secretários do município, e uma empresa de produção de eventos, por irregularidades na contratação de show musical realizado em 2010.

De acordo com a sentença, eles "atuaram conjuntamente e de maneira articulada para promoverem, de forma irregular", a contratação de banda para a realização de show.

O juiz André Bijos Dadalto, que julgou a ação, determinou a devolução de R\$ 9,1 mil aos cofres públicos, valor pago pela contratação da banda, e ainda a perda do cargo. Os condenados não foram localizados pela reportagem.

Soluções para reforma política durante almoço

Deputados participam de encontro hoje com juizes para discutir o fim das coligações e o fechamento de zonas eleitorais

Vitor Carletti

Voto distrital, fim das coligações, financiamento público de campanha, temas que pautam a reforma política, e o fechamento de zonas eleitorais no Estado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estarão no cardápio da conversa que acontece hoje em um almoço entre membros da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) e deputados estaduais.

Antes do almoço, marcado para o meio-dia, num restaurante de Vitória, a Assembleia irá fazer a última sessão ordinária, às 9h - e não às 15h, como acontece às segundas e terças-feiras. Os deputados retornam no dia 1º de agosto.

O presidente da Amages, Ezequiel Turibio, disse que no recesso a instituição faz esses encontros de aproximação e discussão da situação jurídico-política.

“Tem um tema específico, que está nos preocupando, que é a extinção das zonas eleitorais, que é uma decisão do TSE e vamos dialogar com os deputados sobre o assunto. Também queremos saber a opinião dos deputados sobre a proposta de voto distrital. Depois de iniciar o processo eleitoral, nós poderemos nos encontrar”, disse.

Em Vitória, o cartório eleitoral de Jardim Camburi foi fechado e cerca de 76 mil eleitores tiveram de ser realocados para outras zonas eleitorais.

O agravamento da crise política também será alvo do debate. “A saída do Michel Temer será que vai ser boa ou ruim? Vale o sacrifício de retirar um presidente? Isso está dividindo a sociedade”, afirmou.

O presidente da Assembleia, Erick Musso (PMDB), disse que o encontro será um bate-papo. “Querem fazer um almoço de confraternização. Não tem projeto (de



ERICK MUSSO afirmou que encontro com juizes será informal e amigável

RECESSO PARLAMENTAR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- > COMEÇA hoje, após a sessão.
- > OS DEPUTADOS retornam em 1º de agosto.

CÂMARA DE VITÓRIA

- > NÃO TEM recesso.

CÂMARA DE VILA VELHA

- > COMEÇOU no dia 2 deste mês.
- > OS VEREADORES retornam às atividades no dia 2 de agosto.

CÂMARA DE CARIACICA

- > COMEÇOU no sábado e volta dia 2.

CÂMARA DA SERRA

- > COMEÇA hoje, após a sessão, às 16h, e retorna no dia 7 de agosto.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- > COMEÇA amanhã e retorna dia 2.

SENADO

- > COMEÇA amanhã e retorna no dia 1º de agosto.

interesse da categoria) em discussão. É um encontro amigável e informal”, afirmou.

CÂMARAS

Já nas câmaras dos quatro municípios de maior população da Grande Vitória, o recesso parlamentar já começou, como em Vila

Velha, onde os vereadores não vão mais às sessões desde o dia 2.

Em Cariacica, os parlamentares estão de recesso desde o último sábado e retornam no dia 2 de agosto. Na Serra, hoje acontece a última sessão, antes da entrada do recesso. Em Vitória, não há recesso.

CRIME EM IBIRAÇU

Preso por assassinato de irmãos

Homem de 60 anos teve a prisão temporária decretada. Moradores ficaram revoltados e tentaram invadir a casa dele

Jéssica Cardoso

O sentimento de revolta tomou conta do município de Ibiráçu, no Norte do Estado, ontem à tarde, após a prisão de um suspeito de ter matado os irmãos, Luérick de Martha Cera, 18, e Lucas de Martha Cera, 22. Moradores tomaram as ruas da cidade, atearam fogo em frente a uma oficina de eletrônicos e ameaçaram invadir a casa do preso.

O delegado do caso, Fabiano Azevedo de Melo, titular da Delegacia de Ibiráçu, informou que a prisão aconteceu por volta das 15 horas, e o nome do suspeito, que tem 60 anos, não será divulgado.

"Foi uma prisão temporária (30 dias), expedida pela Justiça, em virtude do que foi apurado até o momento, como testemunhas e imagens. Não vamos divulgar a identificação, para não prejudicar as investigações. O pedido de prisão é justamente para apurar (o caso)", destacou o delegado.

Melo não informou detalhes de como o suspeito teria agido no duplo homicídio, mas informou que ele era uma pessoa conhecida das vítimas. "Ele esteve próximo às vítimas nesses últimos dias, inicial-

mente. Agora, com a prisão, temos 30 dias para saber exatamente como foi o crime e as circunstâncias", explicou.

Luérick e Lucas foram mortos enforcados, dentro de casa, na última quarta-feira. O caso começou a ser investigado como latrocínio (roubo seguido de morte), porque R\$ 30 mil, referentes à venda de uma caminhonete Hilux, e uma outra quantia em dinheiro que os jovens tinham em casa e usariam para comprar outro veículo, segundo familiares, não foram encontrados.

INDIGNAÇÃO

Ao saberem da prisão do suspeito, moradores foram para a frente da delegacia, fecharam ruas e até invadiram a frente de uma oficina de eletrônicos, que seria do preso.

"Surgiu o boato da prisão e o povo foi para frente da delegacia e viram ele (suspeito) chegando. Invadiram a loja dele, quebraram as coisas, colocaram para fora e queimaram. Estão todos indignados, porque os jovens eram ótimas pessoas", explicou a moradora da Ibiráçu e estudante Tainá Pignaton, de 22 anos.

A jovem contou ainda que para deixar a delegacia, o suspeito tentou passar disfarçado de policial civil, mas acabou reconhecido. Para conter a população, a Polícia Militar fez o uso de spray de pimenta e bombas de gás.

O detido, que negou envolvimento no crime, foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Aracruz.



MORADORES atearam fogo em produtos de loja do suspeito. Polícia investiga o assassinato dos irmãos Luérick e Lucas Cera (destaques)



Fotos divulgadas nas redes sociais

Até as 18h30 de ontem, o clima ainda era de tensão no centro de Ibiráçu, localizada ao Norte do Estado.

Com ânimos exaltados, durante todo o dia, pessoas passaram a divulgar a imagem de um homem pelas redes sociais, apontando-o como o autor do crime.

Segundo as mensagens e publicações, o homem da foto seria um ex-policial. Porém, o delegado titular da Delegacia de Ibiráçu, Fabiano Azevedo de Melo, esclareceu que não há informações de que algum policial possa estar en-

volvido no crime, inicialmente.

"Não tem nenhum policial ou ex-policial envolvido até o momento. Nada há nada que indique isso até o momento", destacou o delegado, na tarde de ontem.

Melo também ressaltou que não tem conhecimento das imagens e, por isso, não pode afirmar se o retrato divulgado nas redes sociais de fato é do suspeito que foi preso temporariamente ontem.

"Não sei se as fotos procedem, porque não vi. De qualquer forma, esse tipo de divulgação é arriscada, porque pode nem ser a mesma

pessoa, e estão divulgando as fotos de alguém que pode ser inocente como aconteceu diversas vezes", lembrou.

ALERTA

Sobre as ações dos moradores nas ruas quem colocaram fogo em objetos e tentaram invadir uma casa, o delegado fez um alerta.

"Aconselho que as pessoas deixem a polícia trabalhar, porque isso não vai ajudar em nada. Queimar o comércio da pessoa ou invadir a casa dela não vai ajudar nas investigações, porque a gente teve inclusive que parar para resgatar a família do suspeito", disse o delegado, que emendou:

"Além disso, essas pessoas podem responder por crime de dano, e se colocarem fogo, podem responder por crime de incêndio, podendo perder o controle e resultar em algo pior", finalizou.



MORADORES de Ibiráçu em frente à delegacia: delegado avisa que atear fogo em comércio não ajuda nas investigações

VEJA OS VÍDEOS DOS PROTESTOS
Moradores atearam fogo e protestaram em Ibiráçu. LINK: www.tribunaonline.com.br

Juíza decreta prisão preventiva de motorista que atropelou família

Dois homens morreram na hora; uma criança de 2 anos foi levada para o hospital com traumas nas pernas e nos braços

O motorista Rogério Assis, 36 anos, teve a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva, durante audiência de custódia realizada nesta segunda-feira (17). A decisão foi da juíza Raquel de Almeida Valinho, e Rogério permanece preso “para garantir a ordem pública, regular instrução processual e a aplicação da lei penal”.

Rogério Assis é o motorista que atropelou uma família na Rodovia do Sol, Vila Velha. Dois homens não resistiram aos ferimentos e morreram na hora. Uma criança de 2 anos foi socorrida e encaminhada para o Hospital Infantil de Vitória. O motorista, que trabalhava pelo aplicativo Uber, foi autuado por lesão culposa e homicídio culposo.

Na delegacia, Rogério contou que o acidente ocorreu após ele sair de uma partida de futebol com amigos. No local, houve um churrasco e o motorista diz ter ingerido meia latinha de cerveja. Encaminhado ao Departamento de Polícia Judiciária (DPJ), e orientado por um advogado, ele se recusou a realizar o teste de bafômetro.

Além das autuações, Rogério teve a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa e foi multado em R\$ 2.915 por dirigir embriagado.

O ACIDENTE

Dois homens morreram e uma criança ficou ferida após serem atingidos por um Renault Sandero na Rodovia do Sol, na altura de Interlagos, em Vila Velha, no início da tarde deste domingo (8).

O marceneiro Daimo Ramos de Souza, 29 anos, seguia com o padrasto, Vitalino José Cardoso, 39 anos, para buscar a mãe, que veio de Brejetuba, região Serrana do Estado, para o chá de bebê do neto, e os aguardava em um ponto de ônibus de Vila Velha.

Os dois homens deixaram o carro, um Fusca, próximo ao posto e foram encontrar a mãe, Sonede Ramos de Souza, que saltou no ponto de ônibus errado e estava com uma criança, sobrinho de Daimo. Após encontrá-los, todos seguiram em direção ao posto para entrar no carro, quando foram atingidos pelo Sandero e lançados a alguns metros.

O motorista do Sandero, Rogério Assis, 36 anos, estava voltando do futebol e seguia no sentido Guarapari, quando atingiu a família pelas costas. Ele foi encaminhado ao Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) e diz não se lembrar do acidente.

O chá de bebê aconteceria em Retiro do Congo, em Vila Velha, para onde Daimo, a esposa e o filho de cinco anos haviam mudado há dois meses. A esposa de Daimo, que está grávida de oito meses, precisou ser socorrida após saber do acidente.

A criança foi encaminhada ao Hospital Infantil de Vitória com traumas nas pernas e nos braços. A avó foi encaminhada ao Hospital São Lucas, em Vitória.

Notícias

Tribunal capixaba nega pagamento de seguro a condutor que se envolveu em acidente sob efeito do álcool

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?entity.id=349518>

Obras no Grand Parc iniciam e moradores tentam reconstruir a rotina

Desabamento de área de lazer aconteceu na madrugada dia 19 de julho de 2016 e matou o porteiro Dejair das Neves de 47 anos

O trabalho de reconstrução da área de lazer que desmoronou no condomínio Grand Parc Residencial, na Enseada do Suá, em Vitória, começa ainda neste mês de julho. Essa é a informação da construtora à incorporadora Cyrela. A Rádio CBN Vitória registrou, por meio de fotos, estruturas demarcadas do canteiro de obras no local que foi ao chão há um ano.

O desabamento aconteceu às três horas da manhã do dia 19 de julho de 2016 e matou o porteiro Dejair das Neves de 47 anos, que trabalhava no local. Outras quatro pessoas ficaram feridas. Todos os 166 apartamentos das três torres tiveram de ser interditados após o ocorrido. Quanto aos moradores, mesmo com tudo pago pela construtora, muitos ainda tentam recomeçar, alguns com mais facilidade que outros.

A aposentada Iracy Pereira Olímpio, de 67 anos, e o esposo, o médico Edmar Olímpio, de 69 anos, ainda se recuperam da tragédia e seguem em frente. Os dois foram os últimos a sair do condomínio porque não perceberam o que havia acontecido. “Nós ouvimos por volta das 3 da manhã um barulho. Acordei, como ela, acreditando que era um transformador estourado. Voltamos a dormir. Acordamos às 7 horas, com um filho nosso perguntando como a gente estava. Ele disse do ocorrido, eu falei que não sabia e fui olhar na varanda, quando vi. Só tínhamos eu e minha mulher no prédio”, disse.

Iracy estava passando por um tratamento de coluna e, por isso, teve que descer de cadeira de rodas, carregada por bombeiros, e chorando desesperada sem entender o que havia acontecido. Há cerca de duas semanas, ela e Edmar se mudaram para um edifício atrás do Grand Parc, com aluguel pago pela incorporadora do empreendimento. Voltar, no entanto, ainda é dúvida entre o casal. “Eu, no meu pensamento, não tenho vontade de voltar. Ele quer voltar. Eu não tenho saudade. Qualquer canto para mim está bom”, diz Iracy. “Mesmo que tenha acontecido isso, pela nossa fé em Deus, temos força. Mas somos um casal, vamos nos entender, para ver o que é melhor para nós dois”, acrescenta o médico.

OBRAS NO INÍCIO

Da nova casa de Iracy e Edmar é possível ver o andamento da recuperação da área de lazer do Grand Parc. Todo o entulho, além dos carros, foram retirados do local e já é possível ver obras. A previsão de conclusão, segundo o porta-voz da comissão de Gestão de Crise do condomínio, José Gama de Cristo, é de que os moradores só consigam retornar ao prédio em 2019. Cerca de R\$ 130 milhões serão desembolsados nos próximos anos para pagar as indenizações e a reconstrução do condomínio.

Christo, que também é engenheiro, diz que toda a estrutura do Grand Parc será reforçada, não apenas a região da área de lazer. “Vai ter um reforço nas torres até por garantia de segurança e também por aspecto psicológico. Será feito um reforço externo para suportar carga lateral, como vento, e o peso da estrutura. Será feita uma capa externa para envelopar as torres, garantindo tecnicamente que a estrutura não tenha riscos do ponto de vista de segurança”, explica.

Sobre as obras da área de lazer, o representante explica que toda a estrutura será praticamente a mesma, seguindo o projeto, com reforço na segurança. Em acordo com a incorporadora, os moradores ainda pediram algumas mudanças, como ampliação da academia e do salão de festas.

O radialista Wallace Menezes, de 55 anos, morava no local com a mulher e a filha. De aluguel, esperando a finalização das obras, no bairro Barro Vermelho, ele afirma que não tem medo de voltar para o Grand Parc. “Estou tranquilo, deixei por conta deles reconstruírem. Eu quero voltar, sempre quis voltar. O lugar é muito bom, é gostoso e também temos muitas amizades com os vizinhos”, pondera.

Obras no Grand Parc iniciam e moradores tentam reconstruir a rotina

UM NOVO MEDO

O medo, no entanto, ainda assombra algumas pessoas, que demoraram mais a retomar a rotina normal. A fisioterapeuta Izabela Moysés, o marido e o filho, que tinha apenas quinze dias de nascimento quando ocorreu o desmoronamento, moravam em um apartamento do residencial, no vigésimo primeiro andar. Ela conta que acordou para amamentar naquela madrugada, momentos antes de acontecer o desabamento da área de lazer e conta que até hoje é difícil esquecer tudo e, por isso, teve que contratar acompanhamento psicológico.

“Foi um pesadelo. Meu neném tinha acabado de acordar para eu amamentar e trocar a fralda. Começou a tremer tudo, a gente achou que era um terremoto. Tive que descer com ele correndo. Eu estava com ponto de cesária e não achava saída, já que não tinha luz. Demorei uns dez minutos. A sensação de todos era de que o prédio ia cair. Por que como cai uma parte e não cai outra?”, relata.

A tragédia trouxe para a fisioterapeuta um trauma: o medo de morar em apartamento. Inquilina do Grand Parc na época, ela esperava a construção do próprio apartamento, na Praia do Canto, que foi entregue em dezembro, mas agora não tem mais coragem de morar em edifícios após o acidente. “Eu tive que parar de amamentar, por causa do susto. Meu leite secou. Não subi (no Grand Parc) nem para pegar minhas coisas. Coloquei meu apartamento à venda, porque é impossível voltar. Não consigo. Aí estou alugando uma casa, vendendo meu apartamento, porque não quero nunca mais morar em apartamento. Só em casa”, disse.

NA JUSTIÇA

Na próxima reportagem você acompanha que a família do porteiro Dejair das Neves, morto no desmoronamento, ainda luta na Justiça para conseguir indenizações para três filhos, irmão e o pai. Você também vai saber como está o andamento das investigações das causas do desmoronamento.



Quase denúncia

Continuam as investigações sobre a greve da PM em fevereiro. A Justiça Militar recebeu IPM onde se apura a não saída dos militares do 4º Batalhão (Ibes) para policiamento no dia 12 de fevereiro, mesmo com ordem do Comando-Geral para que se apresentassem para o serviço. Segue agora para o Ministério Público, para oferecimento de denúncia.

As ações

Até agora três ações penais foram propostas pelo Ministério Público na Justiça Militar para apuração da responsabilidade dos acusados pelos fatos. Outros IPMs estão em andamento na Corregedoria da PM.

Bruna Quintanilha, Keli Lopes e Flávio Mendes

São psicólogos e, respectivamente, conselheira do Conselho Regional de Psicologia do ES; mestre em Psicologia Institucional; e psicanalista e mestre em Psicologia

‖ No lugar de proibir o uso das substâncias é preciso trabalhar para construir saídas das situações de risco

Internação compulsória: solução para quem?

A ação recente da Prefeitura de São Paulo na região que é pejorativamente conhecida como “Cracolândia” disparou uma série de notícias e informações que exigem mais reflexão da sociedade. Via decisão judicial, a prefeitura realizou internações compulsórias em massa de pessoas que fazem uso abusivo de drogas – que neste texto chamaremos de subs-

tâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

As internações compulsórias são intervenções determinadas pela Justiça e custeadas, obrigatoriamente, pelo Poder Público. Sua ação, embora pareça resolver um problema crônico, não age sobre as causas desse problema, mas apenas sobre as suas consequências, tendo um caráter segregativo e im-

positivo, isolando a pessoa do convívio social e comunitário.

Aquele que se encontra em uso abusivo de substâncias psicoativas geralmente está passando por sofrimento psíquico extremo e as relações estabelecidas com as drogas são múltiplas. Essa condição implica a necessidade de se avaliar, caso a caso, o que está acontecendo com a pessoa. É importante lembrar que essas substâncias também podem ser medicamentos vendidos em drogarias e farmácias, como antidepressivos ou benzodiazepínicos (conhecidos como calmantes).

O cuidado multiprofissional à pessoa que está passando por qualquer tipo de sofrimento psíquico sempre deve ser ofe-

recido. No lugar de proibir o uso das substâncias é preciso trabalhar para construir saídas das situações de vulnerabilidade ou de risco, estas sim, parte das causas do problema. Este é um contexto complexo, sem solução única, por isso, é fundamental o atendimento na rede de saúde com trabalho multiprofissional que ofereça cuidado em liberdade. A partir daí, deve ser traçado, junto com quem está em sofrimento psíquico, um projeto terapêutico mais efetivo, considerando sua singularidade.

Aqui no Estado, essa discussão tem sido realizada pelo Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP-ES), que está aberto à sociedade e à categoria profissional para dialogar sobre o assunto.

Animais de estimação também entram em disputa judicial nas separações

José Eduardo Coelho Dias recebe um convidado para discutir o assunto

Quando há a separação de um casal, não apenas a guarda dos filhos e o regime de visitação precisam ser acordados. Em muitos lares, a disputa pelos animais de estimação também é judicializada. Nesta edição participa também o educador e defensor da causa animal, Fábio Flores.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/comentaristas/jose_eduardo_coelho_dias/2017/07/animais-de-estimacao-tambem-entram-em-disputa-judicial-nas-separacoes-1014078688.html

PRESO POR DIVULGAR FOTOS DE MENORES NUAS NA WEB

Tatuador fazia chantagens com jogo pornográfico em perfil falso

GLACIERI CARRARETTO
gcarrareto@reddegazeta.com.br

No perfil de uma rede social aparece a foto de um garoto, que traz na descrição ter 17 anos e ser um estudante. Usando o nome falso de Lucas Soares, o perfil possui uma lista com 2,5 mil 'amigos' adicionados, quase todos estudantes do sexo feminino e com menos de 18 anos.

Essa era a ferramenta usada pelo tatuador Denner da Silva Carvalho, 23, para envolver vítimas menores de idade em jogos pornográficos via internet, com base em chantagens. Ele chegou até a estuprar uma delas.

Segundo a delegada Cláudia Dematté, titular da Delegacia de Repressão a Crimes Eletrônicos (DRCE), há três meses, três famílias procuraram a delegacia para denunciar a exposição de fotos pornográficas das adolescentes.

"Ele usava um perfil falso no Facebook, com dados inventados, mas com fotos verdadeiras de um perfil de um morador de São Paulo. Assim, ele adicionou diversos perfis de crianças e adolescentes para iniciar conversas pela rede e abordava



Denner da Silva Carvalho, 23, usava perfil de adolescente com dados inventados

os alvos", disse a delegada.

A partir daí, Denner conversava com as vítimas, a princípio como um "namorado virtual", até ganhar a confiança a ponto de pedir fotos íntimas.

A partir da primeira foto sensual que chegava ao computador de Denner, ele iniciava uma espécie de "jogo pornográfico" com as menores. "O acusado exigia das vítimas que

cumprissem tarefas de cunho sexual, que deveriam ser fotografadas, e que aumentavam de dificuldade cada vez que eram cumpridas. Para conseguir isso, ele ameaçava divulgar

as imagens das adolescentes nas redes sociais", contou a delegada.

ESTUPRO

Além de aliciar as vítimas para receber vídeos e fotos pornográficos, com a exigência de que todas as imagens deveriam exibir os rostos das meninas, Denner chegou a tentar extorquir dinheiro dos pais de uma das adolescentes. Ele também levou os abusos virtuais para a vida real.

"Se passando por Lucas, o acusado exigiu, como uma atividade a ser cumprida, que a vítima se encontrasse com um outro homem e que registrasse cenas íntimas e que registrasse cenas da relação sexual. Porém, o outro com quem a vítima se relacionou era o próprio Denner", disse a delegada.

A polícia ainda não conseguiu definir um número exato de quantas meninas foram vítimas do tatuador. Três adolescente, acompanhadas dos parentes, procuraram a delegacia após terem as fotos divulgadas nas redes sociais por Denner. Em depoimento, o tatuador confessou que mantinha esses jogos de desafios pornográficos com pelo menos mais 15 menores de idade.

ASSÉDIO

"SABIA QUE ELAS ERAM ADOLESCENTES"

Denner da Silva
Tatuador

Sempre de cabeça baixa, Denner confirma que mantinha as conversas com as meninas.

Como escolhia as vítimas?

Adicionava todo mundo e conversava com elas no site. Sabia que eram adolescentes.

Como as convencia a mandar as fotos?

Eu conversava com elas e depois pedia na intimidade. Tentei encontrar duas ou três. Se não conseguisse comigo, falava que ia compartilhar as fotos.

Você fazia isso para estuprar as vítimas?

Eu não estupro ninguém, só encontrei uma. Conversamos e marcamos. Ela queria e eu também.

O que você falaria para essas meninas?

Peço desculpa.

Três mil páginas de relatos de extorsão e abusos sexuais

O tatuador Denner da Silva Carvalho, 23 anos, foi preso por policiais da DRCE, com apoio da Superintendência de Polícia Criminal, na casa dele, na manhã de ontem, na Serra.

Na residência, o acusado morava com a namorada, que está grávida de quatro meses. A polícia não divulgou o bairro.

O inquérito da investigação dos crimes de Denner reúne três mil páginas impressas das conversas online com conteúdo sexual e abusivo que ele mantinha com menores de idade. O levantamento foi feito nos últimos três meses.

"Acreditamos que existam mais vítimas e que, a partir da prisão dele, elas vão procurar a delegacia para denunciar a situação. Muitas vítimas das abordagens nunca contaram para os responsáveis ou pediram ajuda por causa do medo de terem os conteúdos íntimos divulgados pelo suspeito", observou a delegada Cláudia Dematté.

Ainda na casa do tatuador, os policiais civis apreenderam um HD externo, um computador e vários celulares. Todo o material foi encaminhado para a perícia da Polícia Civil.

CRIMES

Contra Denner, a 1ª Vara Criminal da Serra expediu um mandado de prisão temporária. O acusado foi indiciado pelos crimes de: extorsão, falsa identidade, ameaça, estupro de vulnerável, divulgação informática de cenas pornográficas contendo criança ou adolescente.

Após prestar depoimento à Polícia Civil, onde deu detalhes dos crimes que cometeria, Denner foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Viana.

SÁDICO



"A internet não tem limite territorial, ele conversava com meninas da Bahia, do Rio de Janeiro e de outros Estados. São crimes repugnantes, reprováveis e sádicos"

CLÁUDIA DEMATTÉ
DELEGADA DE CRIMES
ELETRÔNICOS

AS VÍTIMAS

ESTUDANTE, 12 ANOS

▼ Pressão

Não suportando mais as ameaças e a tortura psicológica e sem conseguir cumprir os desafios sexuais, passou a vomitar todos os dias. Denner cumpriu com a ameaça e compartilhou as fotos e os vídeos da adolescente no perfil falso no Facebook. A vítima e a família tiveram que se mudar da Serra para o interior do Estado pelo constrangimento.

ESTUDANTE, 13 ANOS

▼ Chantagem

Denner divulgou as imagens da menina depois de tentar tirar dinheiro da família. O criminoso exigiu, inicialmente, R\$ 100 mil dos pais da adolescente para não divulgar as imagens. Após negociações com os pais, ele baixou o

valor para R\$ 5 mil, mas a quantia não foi paga. Em contrapartida, todos os registros que Denner tinha da menina foram expostos no perfil falso.

ESTUDANTE, 13 ANOS

▼ Estupro

A adolescente contou que uma das tarefas que deveria cumprir para ele era manter uma relação sexual, e gravá-la em vídeo, com um suposto amigo do acusado. Mas o amigo era o próprio Denner. Ameaçada de ter os vídeos íntimos expostos, a menina foi obrigada a se encontrar com ele. Denner foi ao colégio dela e depois a levou até a casa dele, onde cometeu o estupro. Mesmo a vítima cedendo à chantagem, o criminoso divulgou as imagens dela.

DENÚNCIA

Presos passam mal após comida imprópria para consumo humano

Análise indicou a contaminação de alimentos, além do uso de carne não permitida

BRUNO DALVI
bdalvi@redgazeta.com.br

Uma série de fiscalizações em presídios do Espírito Santo revelou que detentos receberam alimentos proibidos para o consumo humano e acabaram infectados por doenças.

A constatação está em um relatório da Gerência de Controle, Monitoramento e Avaliação de Gestão Penitenciária, datado de 6 de julho, e encaminhado ao subsecretário estadual da Justiça de Controle e Suporte, Ailton Xavier. O órgão de fiscalização é da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

Todos os alimentos foram fornecidos pela empresa Cozisl Alimentação Coletiva Eireli, que entre janeiro de 2012 e maio de 2017 foi alvo de 380 processos administrativos para apurar irregularidades encontradas em fiscalizações.

O relatório informa que no dia 23 de junho de 2017, por exemplo, fiscais comprovaram que "foram fornecidas refeições cujo prato proteico foi preparado a partir de 'recortes de carne suína', ou seja, carne industrial utilizada exclusivamente como insumo de produção de embutidos e processados".

De acordo com o relatório, o almoço daquele dia e o jantar do dia anterior continha refeição diferente do previsto no cardápio e "apresentava-se com predominância de gordura e pele".

Diante do que encontraram, fiscais consultaram o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), que pesquisou os alimentos e atestou serem impróprios para humanos. "Por meio de correspondência eletrônica, a médica veterinária do Idaf manifestou que



Penitenciária Estadual de Vila Velha 3, onde foi flagrada carne irregular na comida que era servida aos presos



Área de refeições da Penitenciária Estadual de Vila Velha 1, no Complexo Xuri

aquele tipo de corte é de uso exclusivo para fins industriais, não sendo, portanto, permitido seu uso em restaurante/Unidade de Alimentação e Nutrição, para preparação de refeições".

A Gerência de Controle, Monitoramento e Avaliação de Gestão Penitenciária notificou a empresa Cozisl e determinou a retirada imediata do "recorte suíno" de

suas unidades de produção.

A equipe solicitou ainda o envio das notas fiscais dos "cortes suínos" e acabou encontrando outra irregularidade: as notas referiam-se ao "corte de paleta suína", ou seja, produto diferente do "recorte suíno" que estava sendo fornecido aos detentos. Essa prática, segundo o relatório, permitia a empresa entregar

um produto mais barato e cobrar por um mais caro.

PRESOS DOENTES

O relatório revelou ainda que internos foram contaminados por Doença Transmitida por Alimento (DTA) depois que ingeriram pão com presunto. A contaminação, segundo o relatório, foi confirmada pela Vigilância Epidemiológica

CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO

OUTRO LADO

Fiscalização constante

A Cozisl foi procurada durante todo o dia de ontem, mas nenhum representante legal atendeu a reportagem. Conversamos por telefone com o secretário estadual de Justiça, Wallace Tarcísio Pontes. Ele disse que os fatos apontados no relatório são inadmissíveis, e que a empresa foi autuada e vai responder a um procedimento administrativo. Disse ainda que alimentação fornecida aos detentos passa por constante e rigorosa fiscalização. E que fiscais vão uma ou duas vezes por semana às penitenciárias. O secretário reforçou que as irregularidades foram descobertas e não há mais alimentação inadequada nos presídios. Sobre a quantidade de processos administrativos contra a empresa Cozisl - 380 em cinco anos - o secretário informou que deve-se à rigorosa fiscalização. Ele reconheceu que o número é alto, mas compatível com a quantidade de entregas feitas pela empresa, cerca de 40 mil por dia.

ATENDIMENTO

53%

dos presos

É o percentual atendido pela empresa acusada de cometer as irregularidades.

No relatório, os fiscais pedem a rescisão dos 13 contratos em vigor; a convocação de outras empresas que participaram da licitação para prestar os serviços; a instauração de procedimento administrativo para que a empresa seja impedida de contratar com o poder público.

O relatório consta no processo número 78686570, instaurado para analisar a rescisão dos contratos com a empresa Cozisl, e está no gabinete do secretário estadual de Justiça, Wallace Tarcísio Pontes, aguardando providências.

Empresa já sofreu 380 processos em 5 anos

A empresa Cozisl é responsável por 13 dos 34 contratos de fornecimento de alimentos firmados com a Secretaria Estadual de Justiça, o que representa participação de 38,24%

do total dos contratos. A empresa atende a 10.197 internos, ou seja, 53% do total de presos, e faturou R\$ 43.214.160,29 em 2016, o equivalente a 52% do volume de recursos

despendidos a alimentação, que foi de R\$ 82.861.115,31.

O relatório elaborado pela Gerência de Controle, Monitoramento e Avaliação de Gestão Penitenciária in-

forma que entre janeiro de 2012 e maio de 2017 foram abertos 380 processos administrativos contra a Cozisl para apurar diversas irregularidades encontradas em fiscalizações.